



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – IPOL

MARIA GABRIELA REIS DA COSTA DE OLIVEIRA

**Análise sobre as políticas afirmativas no Brasil: Cotas Raciais nas universidades e
Cotas de Gênero na política**

BRASÍLIA-DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – IPOL

MARIA GABRIELA REIS DA COSTA DE OLIVEIRA

**Análise sobre as políticas afirmativas no Brasil: Cotas Raciais nas universidades e
Cotas de gênero na política**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência
Política da Universidade de Brasília como parte
dos requisitos de obtenção do título de Bacharel
em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Aninho Muncudramo Irachande

Parecerista: Prof^a. Dra. Graziela Dias Teixeira

BRASÍLIA – DF

2019

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pelo dom da minha vida e por ter me abençoado durante essa jornada universitária. Sou grata a minha mãe e aos meus irmãos por se dedicarem a mim com paciência, amor, zelo e carinho. Aos meus avós paternos e maternos por sempre estarem ao meu lado. Ao meu pai por seu auxílio durante o período da monografia. Agradeço ao meu orientador Prof. Aninho por ter me guiado durante o processo acadêmico de desenvolver um trabalho de conclusão de curso. Aos meus amigos, em especial, o Gabriel e a Fernanda por sempre me apoiarem. Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente participaram da minha formação.

RESUMO

O presente trabalho disserta sobre as cotas raciais e as cotas de gênero e os efeitos que elas produziram na sociedade brasileira nos últimos quinze anos. Os indivíduos que se beneficiam com a política de cotas são considerados minorias, apesar, de constituírem um quantitativo expressivo. Diante disso, a implementação das cotas faz com que ao longo dos anos aconteça transformações sociais. A partir disso, esse trabalho tem como objetivo analisar as cotas raciais e de gênero e identificar as possíveis transformações que surgiram por meio delas. Para realizar o estudo foram utilizadas fontes primárias como documentos e entrevistas, além disso, fez-se o uso de fontes secundárias como artigos e livros. Os resultados encontrados apontam que as cotas analisadas produziram transformações sociais, mas em níveis distintos. Sendo assim, na conclusão pode -se perceber que essas políticas foram capazes de gerar mudanças importantes na realidade social brasileira.

Palavras- chave: cotas raciais; cotas de gênero; transformações sociais; minorias

ABSTRACT

This dissertation is about racial quotas and gender quotas and the effects they have produced in Brazilian society in the last fifteen years. Individuals who benefit from the quota policy are considered minorities; however, when comparing with the Brazilian population, it is perceived that they are the majority. Given this, the implementation of quotas causes social transformations over the years. From this, this work aims to analyze the racial and gender dimensions and identify the possible transformations that have arisen through them. Primary sources such as documents and interviews were used to carry out the study. In addition, secondary sources such as articles and books were used. The results show that the analyzed quotas produced social transformations, but at different levels. Thus, in the conclusion these policies could generate changes in the Brazilian social reality.

Key - words: racial quotas; gender quotas; social transformations; minorities

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Ciclo de política públicas	15
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Histórico das candidaturas na Câmara dos Deputados	36
Tabela 2 : Histórico dos eleitos na Câmara dos Deputados	36

LISTA DE SIGLAS

AP	Amapá
EUA	Estados Unidos da América
FNB	Frente Negra Brasileira
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MG	Minas Gerais
MMN	Movimento das Mulheres Negras
MNB	Movimento Negro Brasileiro
MNU	Movimento Negro Unificado
MS	Mato Grosso do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PP	Progressistas
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SC	Santa Catarina
TEN	Teatro Experimental Negro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – Políticas Públicas	12
1.1 Tipos de política pública	14
1.2 Ciclo das Políticas Públicas	15
CAPÍTULO 2 - Política de Ações Afirmativas	18
2.1 Histórico das políticas afirmativas mundial	18
2.2 Histórico das políticas afirmativas no Brasil	19
2.3 Necessidade de Cotas	21
CAPÍTULO 3 - Cotas Raciais nas Universidades	23
3.1 Movimento negro como fomentador para as ações afirmativas	24
3.2 Mito da democracia racial na perspectiva das cotas raciais	25
CAPÍTULO 4 - Cotas de gênero na política	27
4.1 Movimento feminista na busca da participação feminina	28
4.2 Sistema Eleitoral e a participação das mulheres na política	29
CAPÍTULO 5 – Transformações Sociais e as cotas raciais e de gênero	31
5.1 Metodologia	31
5.2 Resultado e análise dos dados Cotas Raciais	32
5.3 Resultado e análise dos dados Cotas de gênero	35
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
APÊNDICE	47

INTRODUÇÃO

As ações afirmativas surgiram com o intuito de realizar uma discriminação positiva para que determinados grupos da sociedade que sofreram alguma injustiça, possam ter as suas oportunidades restauradas. No Brasil, foram implementadas diversas políticas desse gênero, contudo, as duas que estão em maior evidência são as cotas raciais nas universidades e as cotas de gênero na política. O grupo de pessoas que são abarcados por essa política são considerados uma minoria e por isso necessitam de meios para que as barreiras formais e informais sejam rompidas, dessa forma, essas pessoas passam a ter a capacidade de ocupar espaços de destaque e prestígio.

Ao possibilitar que esses grupos minoritários tenham o acesso a novas oportunidades, possivelmente aspectos sociais foram alterados. Diante disso, esse estudo tem como objetivo compreender se a implementação das cotas raciais e das cotas de gênero provocaram alguma transformação social após sua efetivação. Para isso foi realizada uma análise para ver como essas duas políticas têm se desenvolvido no contexto brasileiro e a partir disso, identificar se nos últimos quinze anos elas provocaram alguma transformação social.

A questão abordada no trabalho é de extrema relevância, visto que, os grupos que estão sendo tratados como minoria, na verdade, são maioria na população brasileira. Diante disso, uma política pública que está voltada para uma porção considerável de cidadãos pode trazer efeitos benéficos para a sociedade brasileira. Para poder realizar a análise e identificar as transformações sociais que possam ter surgidos por meio da política de cotas foi realizada uma pesquisa com base em fontes primárias como leis, decretos e entrevistas, e foi utilizada fontes secundárias como a referência de artigos e livros.

O estudo centrou-se em sua maior parte em um debate qualitativo com o amparo de elementos quantitativos. Os resultados encontrados por meio do trabalho não possuem a pretensão de generalizar as cotas, sim de entender como as cotas raciais e de gênero tem interferido na realidade brasileira. Diante disso, a análise foi dividida em três capítulos para que fosse possível ter uma percepção melhor sobre todos os aspectos que se relacionam com a política de cotas nesses dois casos.

O primeiro capítulo trata sobre políticas públicas, visto que, é importante entender o seu funcionamento, pois as cotas se enquadram nesse tipo de política. Ainda na primeira

parte é analisado o histórico das ações afirmativas, tanto em uma perspectiva macro quanto na visão micro. O segundo capítulo realiza um panorama sobre como as cotas raciais e de gênero são aplicadas no Brasil e trata dos aspectos que levaram a sua implementação no país. Por fim, o terceiro capítulo aborda os resultados encontrados e faz a análise sobre as transformações sociais que surgiram por intermédio dessas políticas de cotas.

CAPÍTULO 1 – Políticas Públicas

A política pública como uma área de estudos acadêmicos surge na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos. Sendo que, a princípio estava ligada a Ciência Política e depois se torna um campo pluridisciplinar. Para entender o que é uma política pública é importante ressaltar que não existe uma única definição correta a seu respeito. Diante disso, por se tratar de uma área do conhecimento que possui diversas interpretações torna-se necessário destacar as principais definições sobre o que é uma política pública.

O primeiro autor a apresentar um estudo sobre as políticas públicas foi H. Lasswell (1956), segundo ele, existe uma ligação entre a produção das ações governamentais e o pensamento acadêmico/científico, sendo que, isso se torna explícito por meio da interação entre governo, grupos de interesse e cientistas sociais. Herbert Simon (1957) insere um novo aspecto na discussão sobre as políticas públicas, a racionalidade limitada dos *policy makers*.

De acordo com Simon (1957), a pouca ou falta de informação, o prazo para a tomada de decisão e outros fatores seriam responsáveis pela redução da racionalidade dos *policy makers*. Dessa forma, essa limitação pode ser reduzida por meio do conhecimento racional, que necessitaria da constituição de um arcabouço teórico prático que tem como intuito proporcionar uma base as ações que necessitariam ser racionais, fundamentadas em um agrupamento de informações a respeito do tema a ser o resultado da ação política.

Na década de 50 surge outro autor que crítica o destaque dado ao racionalismo por Lasswell e Simon. Charles Lindblom (1959) diz que a partir do momento em que se dá ênfase no racionalismo das ações políticas, as outras instituições e os outros atores que fazem parte do processo de tomada de decisão ficam em segundo plano. Segundo o autor, para realizar uma análise ampla das políticas públicas é necessário incluir os aspectos que vão além da racionalidade como os partidos, as eleições, os grupos de interesse e a burocracia.

Além dos autores citados acima, pode-se considerar como um dos pensadores mais importantes da área David Easton (1984). Para o autor, a política pública é vista como um sistema com variadas interfaces, esse sistema seria composto da ligação entre a formulação, o ambiente e os resultados. Segundo Easton (1984), a política pública recebe *inputs* dos grupos de interesse, dos partidos e da mídia que vão atuar diretamente nos seus efeitos e resultados.

A partir das definições apresentadas surgiram outras interpretações sobre as políticas públicas que acrescentam ao debate aspectos relevantes. Para Thomas Dye (1984) política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. De acordo com Lawrence Mead (1995) a política pública seria uma área de estudo pertencente a política que observa o governo a partir das questões públicas.

Há também autores que relacionam a política pública a um problema público ,ou seja, seria necessário determinar o que pertence ao âmbito público e verificar se esse assunto possui relevância para a sociedade. Segundo Gunnar Sjoblom (1984) uma questão só pode ser considerada uma política pública a partir do momento em que aquele problema é relevante para a sociedade e é capaz de entrar na agenda e ter as condições necessárias para a sua realização.

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que as políticas públicas são basicamente uma área do conhecimento que procura, ao mesmo tempo, situar a ação do governo e observar essa ação, e quando for preciso, propor alterações na orientação dessas ações. A elaboração das políticas públicas se dá quando os governos democráticos refletem seus programas eleitorais e objetivos em ações e projetos que gerarão frutos para a sociedade.

É importante ressaltar que o processo de formulação das políticas públicas gera projetos e ações que necessitam de atenção constante, pois, o desenho e a execução dessas políticas passam por diversas transformações que devem estar de acordo com as interpretações sociais e científicas.

As políticas públicas apresentam uma problemática quanto a conceituação relacionada aos atores que produzem essas políticas. Existem duas abordagens que buscam entender como se dá o papel dos atores. O primeiro apresentado por Dye (1984) se concentra nos aspectos estatais, enquanto, a outra apresentada por Leonardo Secchi (2009) aborda uma quantidade variadas de atores.

A abordagem estatista foca a sua análise no ator estatal, sendo que, ele é o único suscetível a executar uma política pública. Já a abordagem multicêntrica apresenta o foco no problema público, ou seja, não importa se quem executa a política se é um ator estatal ou privado, isso permite que haja uma infinidade de atores aptos a realizarem as ações, porém, com a ressalva de que se esteja tratando de um problema público.

As interpretações das políticas públicas direcionam a atenção para os conflitos em torno das preferências, ideias e interesses do governo. Por mais que haja diversas definições sobre o que é uma política pública, elas em geral ,apresentam uma perspectiva

de que o todo é mais relevante que o somatório dos componentes e que os interesses, as instituições e os indivíduos importam, mesmo que a relevância desses fatores seja diferente. Diante disso, a partir da visão teórico-conceitual, a política pública e a política social são áreas pluridisciplinares, em que o cerne está nas relações essenciais da política pública e dos seus procedimentos.

1.1 – Tipos de política pública

A partir da discussão sobre o que é uma política pública surgiram outros debates sobre o tema. Theodore Lowi (1972) desenvolveu uma teoria que torna possível realizar a classificação das políticas públicas, segundo o autor, o tipo de política pública interfere na forma como serão realizadas as etapas do processo político. Diante disso, Lowi (1972) dividiu as políticas públicas em quatro categorias. São elas: regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas.

De acordo com Lowi (1972) as políticas regulatórias são aquelas que instituem obrigatoriedades, exigências e vedações sobre como devem ou podem ser realizadas determinadas ações ou condutas. A partir dela são estabelecidas referências para os atores públicos e privados. Esse tipo de política envolve burocratas, grupos de interesse e políticos. Geralmente, estão relacionadas a questões de utilidade pública como ações afirmativas, código florestal, legislação trabalhista, entre outros.

Segundo Lowi (1972) as políticas distributivas são responsáveis pela alocação de serviços ou bens para determinados segmentos da sociedade, ou seja, o governo menospreza a questão dos recursos limitados para produzir efeitos mais locais do que universais, e assim beneficiar grupos específicos ao invés do todo. São exemplos dessa política a previdência social, salário-desemprego, construção de escola e hospitais, etc.

As políticas redistributivas são, conforme o autor, aquelas que alocam serviços e bens para determinados segmentos da sociedade, porém, os recursos utilizados advêm de outros setores. Vale ressaltar que esse tipo de política estabelece um jogo de soma zero, ou seja, para que um ganhe o outro perde. Pode-se citar como exemplo de uma política redistributiva a reforma agrária, a transferência de recursos inter-regionais, entre outros.

Por fim, as políticas constitutivas são aquelas que determinam as regras sobre como devem ser realizadas as demais políticas. Sendo que, esse tipo de política se encontra

acima das demais. Pode-se caracterizar como uma política constitutiva a constituição, o código eleitoral, o regimento interno das casas legislativas, etc.

A partir do que foi apresentado por Lowi (1972) sobre os tipos de políticas públicas é possível ver que mesmo diante das restrições impostas por essa classificação, ela facilita a análise das políticas, principalmente daquelas que estão em curso ou precisam ser estruturadas. Porém, cabe ressaltar que a análise deve levar em consideração a realidade e os aspectos multifacetados das políticas públicas.

1.2 – Ciclo das Políticas Públicas

O ciclo das políticas públicas permite a analisar e interpretar as etapas que constituem o processo de formação até a finalização de uma política pública. O ciclo apresenta uma configuração que permite observar os atores envolvidos, as relações e os recursos utilizados no processo político-administrativo que ocorre em uma política pública. Existem diversos modelos que explicam o ciclo da política pública, mas um dos mais atuais é o apresentado por Leonardo Secchi.

Figura 1 : Ciclo de políticas pública



Fonte : SECCHI, 2013

O ciclo de políticas públicas para Secchi (2013) possui sete fases que são: a identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Sendo que, é importante ressaltar que cada uma das etapas é interdependente e sequencial. O processo de identificação do problema consiste em reconhecer e delimitar um problema, ou seja, analisar os seus elementos e identificar a sua essência.

De acordo com Secchi (2013) a segunda etapa é a formulação da agenda. Nesta fase são identificados os problemas que devem ser considerados relevantes. Para o autor, existem duas agendas, a política e a formal. A agenda política diz respeito a questões e problemas em que a comunidade política identifica como dignos de receberem intervenção. Já a agenda formal consiste em problemas e questões que o poder público já tomou a decisão de resolver. Segundo o autor, ainda existe a agenda da mídia que pode colocar certos problemas em evidência, sendo que, isso seria algo temporário.

A terceira etapa é a formulação de alternativas, nesse momento serão formulações soluções que busquem estabelecer propósitos e estratégias para enfrentar o problema em questão. Segundo Secchi (2013) um propósito pode ser alcançado de diversas formas e isso ocorre por meio do suporte de três técnicas que são : a análise de tendências, o juízo de valores e a utilização de analogias ou teorias.

Segundo Secchi (2013) a quarta fase é a tomada de decisão, essa etapa representa a ocasião em que os atores vão ponderar seus interesses e intenções para buscar um meio de enfrentar o problema público. A partir disso o autor menciona três formas de compreender a dinâmica de decisão. A primeira seria por meio da visão de que existe um problema e os tomadores de decisão buscariam uma solução. A segunda é a de que os tomadores de decisão adequariam os problemas a soluções existentes. E por fim, a terceira forma é aquela em que os tomadores de decisão já possuem soluções e buscam problemas que se encaixam nelas.

A quinta etapa é a da implementação, nessa fase tudo o que foi elaborado nas outras etapas é colocado em prática com o objetivo de alcançar resultados efetivos. A implementação pode ser vista a partir de duas perspectivas, que são : *Top – Down* e *Bottom - up*. De acordo com Secchi (2014), a primeira perspectiva diz que existe uma clara separação entre quem toma a decisão e quem implementa a política, sendo que, a implementação é vista como sendo um processo técnico e, portanto, deve ser realizado por profissionais capacitados. Já na segunda perspectiva os tomadores de decisão e os implementadores possuem o poder de realizar alterações, ou seja, os implementadores por lidarem diretamente com a política tem um maior poder de decisão sobre ele e são capazes de adequar as situações diante de imprevistos.

De acordo com Secchi (2013) a sexta etapa é a da avaliação, esse é o momento mais delicado de todas as etapas, visto que, será feita uma análise que avaliará se a política está

funcionando ou não. Para auxiliar a avaliação existem os indicadores de *input* que tem a intenção de verificar os empenhos realizados em uma ação e o *output* que tem o propósito de analisar os resultados que já foram obtidos.

A partir da avaliação é possível determinar se o curso da política continua, deve ser alterado ou se ela deve ser extinta. Segundo Secchi (2013) a sétima etapa seria a extinção, ou seja, a política deixaria de existir por três motivos. O primeiro motivo é que a política atingiu o seu objetivo proposto, o segundo motivo seria por causa de programas que foram avaliados como ineficientes e por fim, o terceiro motivo seria a questão perder significância.

Diante do que foi exposto sobre o ciclo de políticas públicas é possível perceber a sua importância para análise e interpretação de uma política pública. Assim, como todos os modelos esse encontra-se suscetível a falhas, porém, mesmo com presença de pontos negativos ele permite visualizar o complexo processo que envolve uma política pública por meio de uma ótica organizada que permite uma análise mais profunda de cada etapa envolvida na política.

CAPÍTULO 2 - Política de Ações Afirmativas

As políticas públicas se apresentam das formas mais variadas possíveis, sendo que, uma delas são as ações afirmativas. Esse tipo de política tem como intuito beneficiar determinados grupos que de alguma forma estão em desvantagem. De acordo com Joaquim Barbosa (2011) a definição de ação afirmativa é de que:

as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e o emprego. (BARBOSA, 2001)

As políticas afirmativas ao realizarem ações que buscam mitigar as diferenças fazem uma discriminação positiva para que os danos causados a determinados setores da sociedade sejam reduzidos. Dessa forma, esse tipo de política é classificado pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa) como:

políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. (GEMAA)

Deve – se ressaltar que essas políticas não possuem um caráter antidiscriminatório, ou seja, que tem o intuito de realizar punições. Ao contrário disso, as ações afirmativas buscam prevenir possíveis discriminações negativas e compensar os impactos resultantes delas. A ação afirmativa desempenha o papel de garantir que os grupos minoritários tenham o acesso a posições sociais importantes, diante disso, elas possibilitam a redução das desigualdades e tornam os lugares elitizados mais representativos.

2.1 – Histórico das políticas afirmativas mundial

A política de ação afirmativa não é recente, surgiu no início do século XIX nos Estados Unidos. Ela tinha como intuito evitar que nas relações de trabalho houvesse repressões de qualquer forma por parte dos empregadores contra os líderes ou membros de sindicatos. Sendo que, a adoção dessas ações teve muita significação social e ideológica para a sociedade americana, visto que, os Estados Unidos possuem um corpo

social marcado por grandes desigualdades sociais entre brancos e negros. (OLIVEN, 2007, p. 34)

A grande desigualdade nos EUA estimularam os movimentos sociais negros a lutarem por direitos iguais ao dos brancos o que conseqüentemente levou a adoção da primeira ação afirmativa, em 1960. Havia um desejo de que negros e brancos alcançassem a igualdade de direitos civis, a partir desse momento se consolidou o termo ação afirmativa para tratar de políticas que buscassem promover a discriminação positiva com o objetivo de garantir justiça social para determinados grupos sociais como no caso dos negros. (OLIVEN, 2007, p.34)

Na Índia, as políticas de ações afirmativas surgiram no início do século XX. Essa política tinha o objetivo de proporcionar o acesso ao parlamento, funcionalismo público e as universidades, a minoria do país, os *Dalits*. Sendo que, esse direito foi instituído por meio da Constituição de 1948 que assegurou a reserva das vagas para os grupos marginalizados do país. Além da Índia e dos Estados Unidos outros países possuem ações afirmativas como o Brasil, Canadá, Argentina, entre outros. (LUZ;SIMÕES, 2016, p. 82-83)

A princípio as questões relacionadas a reserva de vagas em instituições e no parlamento tinha o foco em questões raciais e das minorias. A política de ações afirmativas voltada para a questão de gênero é recente, pois não havia uma preocupação com o número reduzido de mulheres participando do processo decisório nos parlamentos. Essa questão foi levantada na década de 90 ,devido à IV Conferência Mundial sobre a mulher que ocorreu em Pequim, em 1995. (LUZ,SIMÕES, 2016, p.83)

Essa conferência tinha como plataforma de ação a busca por assegurar a integral participação e o acesso igualitário das mulheres aos processos de tomada de decisão e as estruturas de poder. Dessa forma, a participação das mulheres na política passou a fazer parte da agenda de debates de diversos países, que em muitos casos culminaram em adoção de cotas eleitorais. Diante disso, pode-se inferir que as políticas de ações afirmativas são importantes para os grupos minoritários.

2.3 – Histórico das políticas afirmativas no Brasil

As políticas de ações afirmativas são recentes no Brasil, se iniciaram após a ditadura militar no período de redemocratização do país. A partir da Constituição de 1988 houve diversas alterações legais que proporcionaram o surgimento do debate em torno das

questões sociais, e que conseqüentemente, beneficiaram a discussão sobre ações afirmativas para as minorias. Na década de 90 surge cotas de gênero e para pessoas que sejam portadoras de deficiências.

A primeira lei que estabeleceu a cota de gênero surgiu em 1995 e tinha por objetivo aumentar a presença das mulheres como candidatas e visava alterar a cultura política. A lei 9.100/95 foi proposta para as eleições das Câmaras Municipais e previa que 20% dos candidatos as eleições fossem mulheres. Essa lei não obteve os resultados esperados o que levou a criação de outra lei para que as cotas produzissem conseqüências efetivas. A lei 9.504/97 estabeleceu que pelo menos cada sexo tivesse no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas, ou seja, os partidos não poderiam ocupar todas as vagas com candidatos homens. (RESENDE; SILVEIRA, 2017, p. 206 – 207)

Apesar de, ter obtido resultados positivos a mudança na lei não conseguiu atingir o que era esperado para a política. Diante disso, esse dispositivo foi alterado pela reforma eleitoral na edição da Lei 12.034/2009 que diz que cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e no máximo 70% para a candidatura de cada sexo. Contudo, mesmo com todo o empenho em promover a igualdade de gênero as cotas ainda não foram capazes de realizar o que era esperado dessa política.

A discussão sobre as ações afirmativas para negros se iniciaram no Brasil na segunda metade da década de 90. Os debates sobre o assunto se intensificaram em 2001 após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que ocorreu na África, nesse evento o Brasil se comprometeu a desenvolver políticas públicas que fossem voltadas para a população negra. Nesse período, a primeira universidade que adotou a política de cotas foi a UERJ, que estabeleceu a reserva de 50% das vagas para alunos vindos de escolas pública, que indiretamente atinge as pessoas negras. (SANTOS, 2008, p.48)

Em 2004, a UnB adota a reservas de vagas para negros e índios, sendo a primeira instituição do país a adotar cotas raciais. Além da UERJ e da UNB outras universidades também adotaram o uso de políticas afirmativas para negros. Porém, somente em 2012 as cotas foram transformadas em uma lei nacional. A lei 12.711 determina que até 2016 fossem reservadas metade das vagas em universidades públicas para estudantes de escolas públicas, sendo que essas reservas obedecem a critérios raciais e sociais. Dessa forma, as políticas públicas voltadas para a população negra passaram a fazer parte do debate da agenda de governo. (SANTOS, 2008, p. 49)

Diante do que foi exposto sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil faz-se necessário analisar profundamente as cotas raciais e de gênero para entender melhor seu funcionamento e identificar se houve transformações sociais por meio delas. Assim sendo, os capítulos seguintes irão tratar sobre as cotas especificamente e suas possíveis transformações sociais.

2.3 - Necessidade de cotas

As políticas de ações afirmativas são conjuntos de políticas públicas que tem por objetivo preservar grupos e minorias que em determinado período da história foram discriminados. Sendo assim, essas políticas buscam eliminar as barreiras informais e formais que dificultam o ingresso desses grupos em universidades, no mercado de trabalho ou em atingirem posições de grande importância. Uma das formas mais conhecidas da aplicação de uma política de ação afirmativa são as cotas, que consiste na reserva de vagas em universidades, concursos públicos e na política para grupos minoritários.

A política de cotas busca estabelecer o equilíbrio de oportunidades entre os grupos dominantes e os minoritários, sendo que, essa política é norteada pelo princípio da igualdade. A Constituição de 1988 trouxe como um dos seus pilares a igualdade, sendo que, no art.5º é dito que todos são iguais perante a lei, porém, não é a partir da concepção de igualdade formal que as cotas atuam.

A igualdade busca tratar todos iguais sem distinções, no entanto, quando há casos de discriminações como a contra os negros e as mulheres é necessário discriminar positivamente para alcançar a equidade. A igualdade material busca o equilíbrio de oportunidades, através disso o Estado vai desenvolver meios para que isso possa ser atingido. Dessa forma, a reserva de vagas para minorias utiliza como base esse princípio para que os indivíduos realmente sejam iguais em aspectos formais e materiais.

A política de reserva de vagas em instituições traz consigo uma questão sobre a sua efetiva necessidade. Para entender melhor sobre as cotas e a sua necessidade no contexto brasileiro é preciso levar em consideração alguns aspectos. Atualmente, o Brasil possui diversas políticas de cotas, porém, duas em especial merecem atenção. A cota para negros em universidades e a de gênero na política. Essas duas políticas possuem uma característica interessante, visto que, ambos grupos beneficiados pelas cotas representam a maior parte da população brasileira e ainda assim são considerados uma minoria.

De acordo com o IBGE¹, a população brasileira possui aproximadamente 207 milhões de habitantes, sendo que, 54,9% dos indivíduos são pretos e pardos. Em outra pesquisa do IBGE² os dados mostram que os trabalhadores brancos ganham em média 72,5% a mais do que os trabalhadores pardos e pretos. Assim como os dados sobre a população negra as mulheres também apresentam valores desproporcionais, segundo o TSE³, as mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro, enquanto na Câmara dos Deputados e no Senado, de acordo com o TSE⁴, elas correspondem apenas 15% e 13%, respectivamente.

A partir dos dados apresentados é possível ver como a maior parte da população brasileira pode ser considerada uma minoria. Diante disso, as cotas se tornam de extrema importância por representar um meio de se alcançar espaço que antes esses grupos não seriam capazes de ocupar por causa de barreiras físicas e institucionais. Para o negro é importante que ele tenha acesso ao ensino superior para que tenha a oportunidade de crescer na sua vida profissional, enquanto, para a mulher é importante que ela tenha uma participação política para que seus interesses possam estar representados assim como os dos homens.

Diante do que foi exposto, pode-se inferir que a política de cotas desempenha um papel importante na sociedade. Sendo assim, faz-se necessário analisar os aspectos que permeiam as questões raciais e de gênero. Dessa forma, os tópicos a seguir irão tratar sobre as cotas raciais nas universidades e as cotas de gênero na política.

¹ Agência Brasil. Negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acesso em 04 de abril de 2019

² Uol. Brancos ganham, em média, 72,5% mais do que pretos e pardos, diz IBGE. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/12/05/brancos-pretos-pardos-renda-salario-ibge.htm>>. Acesso em 04 de abril de 2019

³ TSE. Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. Disponível em :< <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>>. Acesso em 04 de abril de 2019

⁴ Agência do Senado. Minoria no Congresso, mulheres lutam por maior participação. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/07/minoria-no-congresso-mulheres-lutam-por-mais-participacao>>. Acesso em 04 de abril de 2019

CAPÍTULO 3 - Cotas Raciais nas universidades

A política de cotas raciais nas universidades é relativamente recente no Brasil e é aplicada as universidades federais e estaduais. O primeiro estado a adotar a política de ações afirmativas foi o Rio de Janeiro que estabeleceu por meio da lei nº 3.524/2000 a reserva 50% das vagas em universidades públicas estaduais para estudantes de escolas públicas. Sendo que, no ano seguinte é instituída a lei nº 3.524/2000 que determina a reserva de 40% das vagas nas universidades estaduais para candidatos autodeclarados pretos e pardos. Em 2003, essas duas leis são modificadas e se tornam a lei nº 4.151/2003.

A primeira instituição federal que estabelece a reserva de vagas para candidatos negros foi a Universidade de Brasília (UNB), que determinou que 20% das vagas nos vestibulares deveriam ser preenchidas por pretos e pardos. Nos anos seguintes outras universidades estaduais também adotaram a política de cotas como a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e Universidade do Estado do Maranhão (UEMA). No ano de 2012 surge a “Lei de Cotas” que é um dispositivo federal que estabelece um padrão para a reserva de vagas nas universidades federais.

A lei 12.711/2012 prevê uma reserva de vagas que aumenta progressivamente, começa com 30% até alcançar 50% das vagas. Esse dispositivo estabeleceu alguns critérios que o candidato deve possuir para poder ter o direito de utilizar as cotas. O indivíduo que possui o interesse tem que ter cursado o ensino médio todo em escola pública ou em privada com bolsa e deve obedecer aos parâmetros para poder se encaixar nas cotas de renda ou de raça. As cotas para pretos e pardos, segundo a lei, não pode ser destinada aqueles candidatos que se declararem como afrodescentes, visto que, o Brasil por ser um país miscigenado possui uma população em que a maior parte tem alguma origem africana.

A partir dessa lei todas as universidades federais devem seguir essas regras ao destinarem as vagas para cotas. Quanto às cotas em universidades estaduais não existe uma legislação única para todos, a definição de como será realizada a reserva de vagas fica a critério dos Estados. Para entender os aspectos que levaram a instituição de políticas de ações afirmativas no Brasil é necessário abordar os aspectos histórico – culturais que levaram a adoção de cotas, esses aspectos serão tratados nos tópicos seguinte em que serão discutidos o papel do movimento negro e do mito da democracia racial na construção da política de cotas.

3.1 - Movimento Negro como fomentador para as ações afirmativas

Para compreender melhor o que levou a instituição das cotas raciais nas universidades no Brasil é importante abordar o papel do Movimento Negro para a efetivação dessa política. Esse movimento surgiu na década de 70 e possui um caráter político que busca defender os interesses e expressar as vontades daqueles que se identificam como negros. De acordo com Gomes (2011), esse grupo emergiu com o intuito de lutar contra o racismo por meio da renúncia da história oficial, dessa forma, se buscou construir uma nova perspectiva da história do negro no Brasil.

Os esforços realizados pelos negros na busca por maiores direitos existem desde o período anterior a abolição da escravidão através dos quilombos que já lutavam pela liberdade de seu povo. Além disso, as lutas surgiam por meio das revoltas como a Revolta dos Malês (1835) e a Revolta da Chibata (1910) que já ocorreu no período posterior a abolição. A partir disso, ao longo dos anos aparecem grupos mais estruturados que estão em busca de novos horizontes para os negros.

Em 1931, surge a Frente Negra Brasileira que é um grupo de caráter político que tinham como intuito promover a articulação nacional em prol da causa negra. A associação buscava proporcionar entretenimento e educação para seus integrantes, além de fornecer cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos. Sendo que, a FNB se tornou um partido político, em 1936, porém, acabou sendo extinto por causa do decreto de Getúlio Vargas que acabava com os partidos políticos. (GOMES, 2011, p.140)

Um dos grupos que merecem destaque na história do movimento negro brasileiro é a imprensa paulista negra que promovia a disseminação de assuntos relevantes para a cultura negra. Outro grupo que foi importante para a divulgação da arte e da valorização social dos negros foi o Teatro Experimental Negro (TEN). Porém, todo o movimento que emergia no período pós- abolição é sucumbido pelo regime militar que se instaura, em 1964, esse período foi marcado por muita repressão o que significou um hiato nas lutas raciais e nos demais movimentos sociais. (GOMES, 2011, p. 140)

Dessa forma, somente no final da década de 1970, quando se inicia a luta pelo fim da ditadura, que o movimento negro volta a agir por meio do Movimento Negro Unificado (MNU) que começou a sua atuação, em 1978. A partir dele surge o Movimento das Mulheres Negras (MMN) que sentiam uma grande desigualdade de gênero no MNU e por isso decidiram lutar pela causa das mulheres negras.

Em 1995, ocorre a Marcha do Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Essa mobilização teve como consequência o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que foi entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso com o intuito de obter um posicionamento do governo sobre a superação do racismo. A partir dos anos 2000, passa-se a ter a preocupação com o desenvolvimento de políticas públicas que favorecem os negros como as ações afirmativas.

O debate para a criação de políticas públicas voltadas para a população negra é fortalecido pela 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância e pela Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, a partir delas as políticas de ações afirmativas se tornaram umas das prioridades para o movimento negro. Dessa forma, por meio das reivindicações realizadas pelo MNB proporcionaram a adoção de medidas para reduzirem a desigualdade racial.

As políticas de ações afirmativas no ensino superior são um reflexo da luta de muitas décadas do movimento negro. De acordo com Gomes (2011):

As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. Estes deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico. No caso específico da educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada à Universidade de saberes produzidos não só pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas, sobretudo, pela juventude negra. (GOMES,2011)

Diante do que foi exposto, é possível perceber que o movimento negro foi um ator importante na luta por mais direitos para os negros e no estabelecimento das cotas raciais em universidade.

3.2 - Mito da democracia racial na perspectiva das cotas raciais

Partindo de uma perspectiva histórica é possível identificar certos acontecimentos que contribuíram para que o negro tenha uma posição social inferior e que as oportunidades de ascensão social sejam limitadas. Tanto a Proclamação da República como a abolição da escravidão foram importantes eventos que ajudaram a fomentar a construção do mito da democracia racial que é apresentado por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*, isso devido ao fato de que a partir desses dois acontecimentos o

branco e o negro são vistos como iguais, porém na realidade isso não ocorre. (FREYRE, 2005, p. 95- 96)

O mito da democracia racial difundiu a ideia de que para o negro possa ser reconhecido e assimilado ele deve negar a sua ancestralidade africana. Ao comparar o Brasil com outras realidades como a dos Estados Unidos acreditava-se que aqui o preconceito não existia, a sociedade brasileira era vista como um exemplo por aparentar uma homogeneidade racial. Combinado ao mito da democracia racial outro fator que contribuiu para esse cenário foi o ideal do branqueamento da população brasileira, era proposto que houvesse uma gradual eliminação do negro através da inserção de imigrantes estrangeiros brancos na sociedade e assim depois de certo tempo não existiriam negros no Brasil.

De acordo com Bernardino (2002), tanto o ideal de branqueamento como o mito da democracia racial trouxeram consequências para o país. A primeira consequência é que se desenvolveu a ideia de que no Brasil não existem raças, pois ao utilizar esse termo acredita-se que isso refere-se à um agrupamento de pessoas que possuem características hereditárias em comum como cor da pele, tipo de cabelo, formato de nariz. O que não era compatível com a realidade do Brasil, já que por causa do processo de miscigenação as características das três raças que fundaram a população brasileira não se encontram em suas essências naturais.

A segunda consequência é a classificação dada de acordo com a cor da pele ao invés da raça que implica em uma descrição objetiva que não aborda as questões político-econômico-sociais como preconceitos e discriminações. E por fim a terceira consequência é relacionada a utilização do termo raça negra, pois isso é visto como uma apropriação de ideias estrangeiras, já que no Brasil não existiriam raças.

A partir do mito da democracia e do ideal do branqueamento a sociedade brasileira se estruturou de uma forma na qual o padrão de relações raciais se manteve e não se preocupou em desenvolver políticas para acabar com as desigualdades raciais. Diante disso, as ações afirmativas surgem como meio de diminuir a desigualdade, pois além possibilitar o acesso dessas pessoas a oportunidades de se obter ascensão social, essa política muda a concepção negativa que se tem da raça negra e promove a representação de pessoas que eram discriminadas e estigmatizadas.

CAPÍTULO 4 - Cotas de Gênero na política

As cotas de gênero na política surgem a partir do debate gerado pela Conferência da ONU, em 1995. Sendo que, a discussão sobre a adoção dessa política se acentuou com a apresentação do projeto de lei da deputada Marta Suplicy que previa a cota mínima de 30% para a candidatura das mulheres no legislativo. Porém, esse projeto não foi aprovado, somente em 1997, após diversas deliberações é que foi aprovada a Lei de Cotas que passou a integrar a legislação eleitoral.

A lei nº 9.504/97 estabelece que deve haver cota mínima de 30% e máxima de 70% para as mulheres ou para os homens, ou seja, a cota representaria a necessidade de preenchimento de vagas de candidatura de mulheres nos partidos políticos. Porém, a Lei de Cotas apresentou alguns problemas que mostravam que a sua eficiência estava comprometida. Os partidos não recebiam nenhum tipo de punição caso não cumprissem os parâmetros estabelecidos em lei. Dessa forma, a lei estabelece o aumento de candidaturas absoluto que não garante as mulheres o real acesso ao espaço legislativo.

Assim sendo, no ano de 2009 foi aprovada a lei nº 12.034/2009 que modificou o Código Eleitoral, de 1965, a Lei dos Partidos políticos que é a nº 9096/95 e a Lei de Cotas nº 9.504/97. De acordo com Oliveira (2013):

A lei nº 12.034, conhecida como mini reforma eleitoral, possui significativa importância na busca de equidade de gênero na política brasileira, pois estabeleceu algumas medidas, que deveriam ser adotadas pelos partidos políticos, no sentido de ampliar a participação das mulheres nos cargos públicos. (OLIVEIRA,2013)

Diante disso, a lei nº 12.034/2009 estabeleceu a compulsoriedade da candidatura de no mínimo 30% e no máximo 70% para ambos os sexos, o que possibilita o respeito efetivo as cotas de gênero. Sendo que, o cálculo de percentuais deve considerar o número de candidaturas realmente requerido pelas coligações partidárias e os partidos políticos. Caso um partido político não alcance o número satisfatório de candidatos homens e mulheres ele não poderá preencher essas vagas com candidatos do sexo oposto.

Segundo Oliveira (2013), outras medidas que foram adotadas na mini-reforma eleitoral merecem destaque. Uma delas é a destinação de 5% do fundo partidário para o estabelecimento e a manutenção de programas que realizem a promoção e a difusão da participação feminina na política e reserva de 10% do horário da propaganda eleitoral gratuita para as mulheres. Caso o partido não cumpra essa determinação, ele deve acrescentar no ano subsequente o percentual de 2,5% do fundo partidário para garantir

que as medidas acima sejam cumpridas, sendo que, esse acréscimo não pode ser utilizado para outros fins. A política de cotas de gênero possui aspectos que são relevantes para o seu entendimento e que serão tratados nos tópicos a seguir.

4.1 – Movimento feminista na busca da participação política

O acesso das mulheres na esfera pública foi reprimido como base na alegação da não cidadania delas, além disso, a sua imagem geralmente é associada a esfera privada por se acreditar que o lugar da mulher é em casa, ou seja, responsável pelas tarefas domiciliares. Diante disso, o Movimento Feminista foi de grande importância para garantir que as mulheres obtivessem conquistas políticas e sociais. Durante a primeira onda do feminismo houve lutas no Brasil para que fosse alcançado o direito ao sufrágio feminino, porém, esse direito só foi alcançado anos depois, em 1932. (OLIVEIRA, 2013, p. 5)

Nesse período se iniciou o processo de formação das instituições democráticas que foi marcado pelo crescimento da industrialização e forte urbanização, porém, mesmo assim a participação das mulheres nos espaços de poder não era significativa. O movimento feminista da década de 70 mostrava que a exclusão da mulher não estava apenas atrelada a falta de interesse na política, mas era também um reflexo de um problema estrutural da sociedade. Dessa forma, a inserção da mulher no mercado de trabalho contribuiu para o aumento interesse na participação política por parte do movimento feminista. (OLIVEIRA, 2013, p. 8)

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo Regime Militar no Brasil, portanto, os movimentos em busca de direitos para mulheres foram prejudicados por causa da grande repressão do período. A partir da redemocratização o movimento feminista aumenta a sua luta com o objetivo de alcançar mais direitos para as mulheres. Diante disso, há uma aproximação de outros grupos da sociedade com o movimento feminista em busca do fim da repressão e na luta por maiores direitos democráticos. (OLIVEIRA, 2013, p. 9)

Esse novo cenário democrático permitiu que as mulheres tivessem acesso ao espaço de poder, porém, mesmo com a conquista de espaço no cenário político o déficit na participação das mulheres em comparação com a participação dos homens ainda é muito grande. Dessa forma, a partir da IV Conferência das Mulheres que ocorreu na China, em 1995, é que o Brasil assume a responsabilidade de criar meios para que a presença feminina fosse maior nos espaços de decisão e de tomada de poder. A partir desse

momento as políticas de ações afirmativa com foco no gênero ganham espaço e passam a fazer parte da discussão política do Brasil. (LUZ; SIMÕES, 2016, p. 83)

4.2 – Sistema Eleitoral e a participação de mulheres na política

A participação da mulher no legislativo é afetada por diversos fatores, sendo que um deles é o sistema eleitoral. A adoção de um sistema proporcional ou do sistema majoritário pode influenciar positivamente ou negativamente o acesso das mulheres ao espaço político. Sendo que, esse não é o único aspecto que contribui para uma maior ou menor participação das mulheres.

De acordo com Araújo (2005), o sistema proporcional apresenta aspectos que incentivam a participação da mulher na política. O primeiro ponto que deve ser ressaltado é que cada partido deve expor ao eleitorado a sua lista de candidatos para cada distrito, geralmente as listas têm a capacidade de comportar vários nomes, dessa forma, isso gera um incentivo para que os partidos incluam candidatos com diferentes perfis sociais.

No caso do sistema majoritário cada partido deve escolher um único candidato, isso faz com que os partidos tendam a realizar uma escolha que vá maximizar os seus resultados e diminuir as chances de risco eleitoral. Diante disso, como as mulheres ao longo do tempo tiveram uma participação menos expressiva os candidatos homens possuem uma vantagem na hora da escolha do partido.

Segundo Araújo (2005), outro aspecto que tem relevância para o debate sobre como o sistema eleitoral pode influenciar na participação feminina são os parâmetros de eleição e reeleição. Os partidos sempre estão na busca do maior número de votos, independentemente do tipo de sistema, isso faz com que eles façam escolhas relacionadas a candidatos que possuam um bom desempenho em conseguir votos. Sendo que, essa tendência é maior em sistemas majoritários. Diante disso, aqueles candidatos que já são parlamentares e buscam a reeleição teriam preferência nas escolhas dos partidos, pois eles representariam menos riscos eleitorais.

De acordo com Araújo (2005), o problema que as mulheres enfrentam não está no fato delas se tornarem candidatas, mas sim em terem boas condições para competir com os demais. O primeiro obstáculo se encontra nos partidos, pois aqueles que já tem uma rede de apoio formada tem prioridade na escolha. Já o segundo obstáculo é no mercado eleitoral, em que a disputa se encontra fora do partido.

Sendo que, em sistemas majoritários esse trabalho se torna mais difícil por causa da necessidade de conseguir vaga do partido em distritos que sejam elegíveis. O sistema proporcional de lista fechada e aberta possuem dificuldades nesse quesito, o primeiro caso diz respeito a mulher conseguir alcançar um lugar no topo na lista de preferências e o segundo caso consiste na dificuldade de se obter prioridade nos recursos.

Segundo Araújo (2005), as mulheres que estão entrando encontram o desafio de disputar espaço com aqueles que detém os mandatos a mais tempo, pois possuem uma trajetória partidária e política de menor expressão. Além disso, o fato desses cargos possuírem a tradição de serem ocupados por homens faz com os padrões de eleição estejam relacionados a perfis masculinos. Em sistemas majoritários essa característica fica mais evidente, visto que, existe um filtro mais estreito de seleção, são poucos partidos que tem perfis de políticos tradicionais o que torna complicado a entrada de novos atores.

O sistema proporcional é considerado mais benéfico, pois facilita o “efeito contágio” que é quando um partido toma determinada atitude positiva que tende a ser inserida nos outros partidos por causa do apelo eleitoral. Sendo que, esse perfil é pouco provável de acontecer quando há a existência de poucos partidos que tem perfis de elegibilidade respeitáveis. A configuração proporcional também é considerada vantajosa por permitir a adoção de estratégias de ação afirmativa como as cotas.

Diante do que foi exposto, é possível notar que o sistema eleitoral pode influenciar diretamente a participação feminina na política, sendo que, ele não deve ser analisado como uma variável isolada. A adoção de um sistema proporcional por suas características apresentadas acima, tendem a beneficiar as mulheres. Enquanto, a adoção de um sistema majoritário possui mecanismos estruturais que dificultam a participação das mulheres na política. Dessa forma, para compreender as cotas é necessário levar em conta essa variável, pois por meio dela é possível compreender aspectos que incentivam ou não a participação feminina.

Capítulo 5 – Transformações Sociais e as cotas raciais e de gênero

As transformações sociais podem ser entendidas como mudanças que acontecem na sociedade e na sua forma de organização. Sendo que, isso ocorre devido a transformações em costumes e valores que os indivíduos possuem. De acordo com Guy Rocher (1989), a mudança social pode ser caracterizada por transformações perceptíveis e mensuráveis em curtos períodos, que afetam a organização social de alguma forma. Diante disso, esse estudo busca compreender se as cotas raciais e as cotas de gênero produziram transformações sociais no Brasil.

5.1 – Metodologia

O presente estudo é caracterizado através de pesquisa predominantemente qualitativa, visto que, o objeto de estudo possui complexidades para ser mensurado. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”

O método adotado foi uma pesquisa exploratória, que possibilita a obtenção de informações pretendidas, com o objetivo de proporcionar uma compreensão melhor acerca do problema. De acordo com Gil (2007) “ estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. ”

A pesquisa relacionada as cotas raciais foi desenvolvida no mês de maio de 2019, em que foram realizadas entrevistas com pessoas que tinha ingressado na Universidade de Brasília (UnB) por meio de cotas raciais. A seleção dos candidatos foi baseada em pessoas já tinham se formado, que estavam cursando ou que estavam perto de se formar. As entrevistas ocorreram por meio online através de um questionário realizado em um site. Sendo que, ao todo foram entrevistadas doze pessoas. Além disso, foi realizada a coleta de dados secundários por meio de documentos da universidade e da internet.

Os questionários aplicados apresentavam três perguntas que tinham o objetivo de identificar a partir da perspectiva dos beneficiados pela política de cotas raciais quais seriam os impactos gerados, pela implementação das cotas, na universidade, na sociedade e em suas vidas. Diante disso, após a realização das entrevistas a análise dos dados foi

realizada por meio da interpretação das respostas dadas nos questionários e da observação dos dados encontrados por meio das fontes secundárias.

Com relação às cotas de gênero a abordagem para a coleta de dados se concentrou em fontes secundárias. A partir dos dados do histórico de candidaturas e do número de mulheres que conseguiram ser eleitas após a implementação das cotas. Além desses dados foi feita traçado a trajetória de alguns parlamentares que estão em exercício do mandato. Sendo assim, pretende-se realizar uma análise para ver se as cotas de gênero geraram algum tipo de transformação social. A coleta dos dados foi realizada nos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Câmara dos Deputados.

5.2 – Resultado e Análise dos dados das Cotas Raciais

A pesquisa foi baseada nas entrevistas, que foram realizadas com o intuito de compreender melhor os impactos das cotas raciais no ambiente universitário, na vida pessoal dos beneficiados pela política e na sociedade. A partir das respostas do questionário pode -se perceber que para a maior parte dos entrevistados um dos maiores impactos no ambiente universitário foi o aumento de pessoas negras nas universidades.

No âmbito da vida pessoal boa parte julga que as cotas fizeram com que eles percebessem que eram capazes de entrar em uma universidade de qualidade. Com relação a percepção sobre o que as cotas produzem na sociedade o resultado da maioria das respostas foi o de que elas permitem que os negros tenham a possibilidade de mobilidade social, além de representar uma forma de combate ao racismo.

A primeira pergunta realizada no questionário diz respeito aos impactos das cotas raciais no ambiente universitário. A partir disso, foi possível encontrar diversas interpretações sobre o efeito positivo que essa política vem desempenhando nas universidades. Alguns entrevistados identificaram que após a implementação das cotas raciais o ambiente universitário passou a apresentar um maior número de estudantes negros, sendo que, isso estimou uma maior representatividade nas inúmeras áreas de conhecimento.

Outra perspectiva apresentada nas respostas da primeira pergunta foram a de que as cotas raciais proporcionaram um ambiente universitário com maior diversidade cultural e que elas têm estimulado o surgimento de pensadores negros. Para outros entrevistados após a adoção dessa política, o ingresso nas universidades se tornou mais acessíveis para

as pessoas negras. Além disso, foi apresentada a percepção de que as cotas funcionam como um instrumento de combate ao racismo nas universidades.

A segunda pergunta feita no questionário tratava sobre os impactos das cotas raciais na vida pessoal e no período pós- universidade daqueles que já tinham se formado. As repostas apresentadas demonstram que para maior parte dos entrevistados a política de cotas gerou um impacto positivo em suas vidas. Em um dos casos, o entrevistado relatou que as cotas possibilitaram que ele servisse de exemplo para as pessoas de seu convívio, pois a partir do momento em que ele entrou na universidade as outras pessoas perceberam que eram capazes de ingressarem em uma instituição de qualidade.

Com relação aos entrevistados que já haviam se formado mais da metade deles julga que ter ingressado na UnB por intermédio das cotas ajudou na sua vida no período pós- universidade. Para uma das entrevistadas ter estudado em uma instituição de qualidade como a UnB fez com que ela pudesse ter um reconhecimento em sua vida profissional, sendo que, para ela esse acesso só pode ocorrer devido as cotas.

No caso de outro entrevistado as cotas desempenharam um papel importante em sua vida pós- universidade, visto que, ao seu ver ele não conseguiria ter chegado à posição que desempenha hoje, como assessor parlamentar, se não tivesse entrado na universidade por cotas raciais. Contudo, uma das entrevistadas considera que as cotas raciais não impactaram em sua vida, pois mesmo que ela tenha entrado por cotas isso não foi um motivo de juízo para a função que ela desempenha como funcionária pública.

A terceira pergunta realizada no questionário tinha como foco os possíveis impactos que as cotas raciais geraram na sociedade. Diante disso, parte dos entrevistados acreditam que a política de cotas possibilitou aos negros acesso a espaços que antes eram ocupados majoritariamente por brancos, além disso, essa política proporciona a mobilidade social aos negros.

Outro ponto apresentado por um dos entrevistados é que as cotas raciais fazem com que haja uma quebra do ciclo histórico de miséria, desemprego e analfabetismo no qual o negro estava inserido. Para um dos entrevistados essa política tem contribuído para que o perfil dos profissionais com nível superior se torne mais diversificado. Além disso, a maioria dos pontos de vista apresentados apontam que os negros têm alcançado cada vez mais espaço em lugares de relevância.

De acordo com os dados do IBGE⁵, em 2000 apenas 2,2% da população negra concluíram a graduação, já em 2017 esse número cresceu para 9,3%. Os resultados também melhoram quando são analisados o número de pessoas negras que se matricularam em instituições do nível superior, segundo o INEP⁶, em 2011 elas representavam 11% das matrículas, enquanto em 2016 quando foi realizado o último censo esse número aumentou para 30%. Na UnB, que foi a primeira universidade federal a implementar o sistema de cotas, o número de anos que ingressaram por cotas, no período de 2004 -2018⁷, foram 7.648 negros e se formaram 3.422 negros, nesse mesmo período.

Por meio das entrevistas e dos dados apresentados acima pode-se perceber que as cotas raciais têm desempenhado um papel importante na sociedade brasileira nos últimos anos. As transformações sociais decorrem de mudanças na estrutura social, e essa política tem provocado essas alterações não só no ambiente universitário, mas em espaços na sociedade em que não eram ocupados anteriormente por pessoas negras.

As cotas raciais têm derrubados as barreiras que foram construídas ao longo da história do Brasil. A partir da entrevista foi possível ver que em muitos casos os beneficiados pela política eram da periferia e por isso acreditavam que não era possível entrar em uma boa universidade como a UnB. Somente por intermédio das cotas eles notaram que era possível ingressar em uma boa instituição.

Os dados apresentados pelo IBGE e pelo INEP podem ser relacionados com o advento das cotas raciais. Como foi apresentado por alguns dos entrevistados a política de cotas fez com as pessoas do convívio dos beneficiados pudessem perceber que era possível ingressar em uma universidade boa. Diante disso, um dos fatores que podem explicar o aumento do número de negros que se matriculam e que se graduam é o fato das cotas raciais proporcionarem uma maior representatividade que permite a outras pessoas na mesma situação perceberem que é possível ter um estudo de qualidade.

Durante um longo período a população negra tem lutado para alcançar espaços que antes eram considerados praticamente impossíveis de serem ocupados por essa população. Diante disso, pode-se dizer que as cotas raciais têm provocado

⁵ Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>>. Acesso em 15 de maio de 2019

⁶ Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>>. Acesso em 15 de maio de 2019

⁷ Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>>. Acesso em 15 de maio de 2019

transformações na sociedade. Um dos entrevistados apontou que essa política desempenhou um papel importante que foi o de romper com um ciclo histórico que fez com que as pessoas negras estivessem associadas a miséria, ao desemprego e a falta de estudos. A partir dessa perspectiva é possível ver como as cotas raciais possibilitaram aos negros o acesso ao estudo e conseqüentemente a melhores oportunidades de crescer em sua vida profissional.

Diante do que foi exposto, pode-se inferir que o retrato apresentado pela amostra dos doze entrevistados sobre as cotas raciais pode ser ampliado para as demais instituições que implementaram essa política no Brasil. Sendo assim, é possível concluir que as mudanças sociais geradas pelas cotas foram uma maior diversidade no ambiente universitário, o desenvolvimento da consciência de que é viável uma pessoa negra ingressar em uma universidade renomada, possibilitaram que um maior número de pessoas negras pudesse graduar e ter acesso a posições de destaque na vida profissional e por fim as cotas se tornaram uma ferramenta de combate ao racismo institucional.

5.3 – Resultado e Análise dos dados das Cotas de Gênero

Para compreender se as cotas de gênero produziram alguma transformação social foi necessário fazer uma análise histórica das candidaturas feminina e do número de mulheres que conseguiram se eleger como deputada, visto que, a política se aplica somente aos cargos que utilizam votos proporcionais nas eleições. De acordo com o TSE⁸, as mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro

Sendo assim, a propensão seria que os cargos políticos fossem ocupados de uma forma proporcional, ou seja, com uma grande quantidade de mulheres no poder. Contudo, a realidade é encontra não reflete essa proporcionalidade mesmo com a implementação da Lei de Cotas. Isso fica evidenciado nas Tabelas 1 e 2 que se apresentam abaixo, elas mostram o histórico das candidaturas e da eleição na Câmara dos Deputados.

⁸ TSE. Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. Disponível em :<
<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>
>. Acesso em 04 de abril de 2019

Tabela 1 – Histórico das Candidaturas na Câmara dos Deputados

Anos	2002	2006	2010	2014	2018
Candidaturas Femininas	509	652	1007	2273	2526
Candidaturas Masculinas	3909	4499	4179	4864	5446
Total de Candidaturas	4418	5151	5186	7137	7972

Fonte: TSE

Na Tabela 1 percebe -se que o número de candidaturas femininas teve um aumento exponencial desde 2002, entretanto, quando esses números são comparados com as candidaturas masculinas é possível ver que existe uma diferença discrepante entre os dois.

Tabela 2 – Histórico dos eleitos na Câmara dos Deputados

Anos	2002	2006	2010	2014	2018
Eleitas	43	45	45	51	77
Eleitos	470	468	468	462	436

Fonte: TSE

Na Tabela 2 é possível observar que em comparação com os dados apresentados na Tabela 1 que o número de mulheres que conseguiram se eleger é ínfimo perto do número das candidaturas femininas, mesmo após a implementação da Lei de Cotas o número de mulheres que se elegeram cresceu de forma tímida desde 2002 até a última eleição em 2018.

Diante disso, com o intuito de complementar a análise sobre as possíveis transformações sociais que surgiram por meio das cotas foi traçado o perfil de alguns parlamentares que estão em exercício, na tentativa de compreender o que levou essas mulheres a alcançarem o êxito de se elegerem. Para esse estudo foram selecionadas deputadas de diversos partidos para que houvesse perfis variados. Sendo que, ao todo foram realizados dez perfis.

O primeiro foi o da deputada Luiza Erundina. Ela possui uma extensa trajetória política e iniciou sua carreira, em 1982, quando foi eleita para o seu primeiro mandato político. Após isso foi eleita como deputada estadual constituinte, em 1986. Em 1988, se tornou a primeira mulher prefeita de São Paulo. Já no ano de 1993, ela assume o Ministério da Administração Federal no governo do Itamar Franco e no ano de 1999 ela se elege como deputada federal. Após isso a ela continuou na Câmara dos Deputados,

está em seu sexto mandato consecutivo, no qual foi reeleita pelo estado de São Paulo, concorrendo pelo PSOL.

A outra deputada que teve seu perfil traçado foi a Carmen Zanotto. A deputada já exerceu diversos cargos públicos, dentre eles, em 2004 foi vereadora de Lages, SC e atuou na Secretária da Saúde do estado de Santa Catarina. Em 2011, ela assumiu seu primeiro mandato como deputada federal, como suplente. Na última eleição foi reeleita pelo estado de Santa Catarina, concorrendo pelo PPS que atualmente se tornou o partido Cidadania.

O terceiro perfil foi o da deputada Luiza Canziani. Ela foi eleita pelo estado do Paraná, concorrendo pelo PTB. Esse é o primeiro mandato da deputada. Contudo, sua família já possui histórico na política, pois seu pai Alex Canziani é ex-deputado federal. Atualmente, a parlamentar é a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Um dos perfis que foi examinado é o da deputada Tabata Amaral. A deputada foi eleita pelo estado de São Paulo, concorrendo pelo PTD. Formada em Ciência Política por Harvard, esse é o seu primeiro mandato. A sua atuação no período anterior ao seu mandato esteve relacionado Movimento Mapa Educação do qual ela é co-fundadora e foi ativista e co-fundadora do movimento Acredito.

O quinto perfil foi o da deputada Alice Portugal. A sua história política é marcada pela militância em defesa dos direitos sociais. Em 1994, foi eleita deputada estadual na Bahia. Dez anos depois foi eleita como deputada federal, sendo que, após esse período ela continuou na Câmara dos Deputados. No atual momento ela está no seu quarto mandato consecutivo, no qual foi reeleita pelo estado da Bahia, concorrendo pelo PCdoB.

Outra análise de perfil realizada foi o da deputada Aline Gurgel. Assim como outras parlamentares possui um histórico político que antecede o seu período na Câmara dos Deputados. Em 2012, ela foi eleita como vereadora por Macapá, AP e no ano de 2017 atuou na Secretaria Estadual de Política para as Mulheres do Amapá. Na última eleição ela foi eleita deputada federal pelo estado do Amapá, concorrendo pelo PRB.

O sétimo perfil traçado foi o da deputada Erika Kokay. Ela tem uma extensa história de militância pelos direitos trabalhistas, humanos e sociais. Em 2002, foi eleita como deputada distrital e continuou por mais um mandato. No ano de 2010, ela se elegeu como deputada federal e continua exercendo essa função na Câmara dos Deputados.

Atualmente está em seu terceiro mandato, no qual foi reeleita pelo Distrito Federal, concorrendo pelo PT.

Um dos perfis que foram examinados foi o da deputada Margarete Coelho. Ela foi no ano eleita no ano de 2010 deputada estadual do Piauí e, em 2014, se tornou Vice-governadora do estado. No momento ela está em seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, no qual, a deputada foi eleita pelo estado do Piauí, concorrendo pelo PP.

O nono perfil que foi traçado é o da deputada Greyce Elias. No período anterior ao seu mandato ela foi vereadora do município de Patrocínio – MG no período de 2013 a 2016. E se tornou deputada federal na última eleição pelo estado de Minas Gerais, concorrendo pelo AVANTE.

E por fim, o último perfil que foi traçado e analisado foi o da deputada Rose Modesto. No período de 2009 a 2014 foi vereadora de Campo Grande -MS e no período de 2015 a 2018 foi Vice-governadora pelo estado do Mato Grosso do Sul. Em 2018, se tornou deputada federal eleita pelo estado do Mato Grosso do Sul, concorrendo pelo PSDB.

A partir da análise dos dados pode-se perceber que as cotas de gênero provocaram poucas transformações sociais. As mudanças que surgiram dessa política foram o aumento de mulheres que se candidataram e que conseguiram se eleger. Contudo, esse aumento é pouco, ao realizar a comparação entre o percentual do eleitorado feminino e as mulheres que efetivamente se elegeram nota-se que existe uma desproporção entre os valores.

Como foi dito no capítulo anterior as mulheres possuem alguns empecilhos no próprio sistema eleitoral que dificultam o seu sucesso em eleições. O que pode se perceber por meio desses dados é que mesmo o sistema proporcional que apresenta um maior número de vantagens para as candidaturas femininas não tem possibilitado uma maior eficiência da Lei de Cotas.

A baixa representativa feminina na Câmara dos Deputados mesmo após a implementação das cotas de gênero pode ser explicados por alguns aspectos. O primeiro é que ao analisar os perfis de algumas das parlamentares percebe-se que a maioria já possuía uma trajetória política anterior, dessa forma, pode -se inferir que elas já possuem

um capital político formado o que facilita que o eleitorado tenha conhecimento prévio sobre essas candidatas.

O outro ponto que dificulta a efetividade da Lei de Cotas é que ela só garante um percentual de vagas para as candidaturas, ou seja, não existe obrigatoriedade para destinação de vagas para as mulheres no parlamento. A partir disso, pode-se deduzir que os partidos buscam cumprir somente os 30% das candidaturas, dessa forma, o investimento nas mulheres é reduzido e conseqüentemente o número de mulheres eleitas é menor.

Na eleição de 2014 para a de 2018 o número de mulheres que se elegeram aumentou de 51 para 77. Esse aumento foi significativo visto que nas eleições anteriores o acréscimo era ainda menor. O aumento que houve pode estar relacionado a resolução do TSE⁹ de destinar 30% do Fundo Eleitoral para as campanhas femininas. Contudo, essa nova medida abriu espaço para que candidaturas laranjas surgissem.

Alguns casos de candidaturas laranjas foram identificadas na última eleição, em que os recursos que deveriam ser destinados às campanhas de determinados candidatos foram desviados para outros, na maior parte dos casos essas candidaturas eram de mulheres. As práticas desse gênero prejudicam que as chances de um maior número de mulheres se elegerem, ou seja, pode-se inferir que essas candidaturas falsas prejudicam a eficiência das cotas de gênero.

Diante do que foi exposto, nota-se que as cotas de gênero produziram mudanças mínimas na sociedade brasileira. Foi possível ver que isso ocorreu devido à falta de incentivo nas candidatas femininas, a falta de reserva de vagas no parlamento e ao surgimento de candidaturas laranjas. Sendo assim, pode-se concluir que esses aspectos reduziram a eficiência da Lei de Cotas e fizeram com que as transformações sociais se restringissem a um pequeno aumento no número de candidaturas e de mulheres eleitas.

⁹ TSE resolução. Disponível em:< <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/tse-altera-resolucao-que-trata-da-arrecadacao-e-gastos-de-recursos-por-partidos-politicos-e-candidatos>>. Acesso em 12 de junho de 2019

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto no estudo pode -se perceber que as cotas raciais e as cotas de gênero possibilitaram a quebra de barreiras formais e informais, sendo assim, as pessoas que se beneficiam dessa política passaram a ter oportunidades que não estavam acessíveis a eles. A partir da avaliação da política de ações afirmativas e do seu histórico foi possível ver que a luta para que os negros e as mulheres tenham maiores oportunidades foi longa e ainda persiste.

Por meio da análise da política de cotas raciais e de gênero nota-se que o Movimento Negro Brasileiro e o Movimento Feminista foram atores importantes para que as ações afirmativas fossem implementadas. A política de cotas foi aplicada recentemente no Brasil, diante disso, o estudo buscou realizar uma análise dos últimos quinze anos para compreender as mudanças que surgiram após a implementação.

Sendo assim, após a realização das entrevistas e da análise dos dados relacionados aos estudantes que ingressaram em uma universidade por intermédio das cotas raciais, pode -se concluir que as cotas têm produzido transformações nos últimos quinze anos. Apesar do estudo ter focado na Universidade de Brasília infere-se que os resultados encontrados se repetem nas demais universidades do país.

A conclusão que surge a partir dos resultados encontrados na pesquisa é de que as cotas raciais geraram transformações sociais no ambiente universitário e na sociedade como um todo. Dessa forma, as mudanças identificadas foram que houve um aumento da diversidade no ambiente universitário, se desenvolveu uma consciência de que é possível uma pessoa negra ingressar em uma instituição de qualidade, as pessoas negras aumentaram as suas possibilidades de terem o ensino superior e a partir disso ter o acesso a posições de destaque na vida profissional e, além disso, as cotas se tornaram uma ferramenta na luta contra o racismo institucional.

Com relação as cotas de gênero, pode-se perceber com base nos resultados encontrados que as transformações sociais que surgiram são brandas. A partir disso, foi possível concluir que as cotas aumentaram a participação feminina na Câmara dos Deputados, contudo, foram identificados outros aspectos que tornam a eficiência dessa política mais baixa. O primeiro ponto é a não obrigatoriedade da reserva de vagas no parlamento. O segundo diz respeito ao uso indevido da Lei de Cotas por meio do uso de

candidaturas laranjas. E por fim, a falta de incentivo em candidaturas femininas tem feito com que o aumento de mulheres no parlamento fosse menos do que o esperado.

Dessa forma, a análise dos resultados possibilitou a conclusão de que as cotas de gênero só provocaram transformações sociais relacionadas ao aumento de candidaturas femininas e mulheres eleitas, contudo, com a ressalva de que esse crescimento não foi significativo para proporcionar uma quantidade equivalente de homens e mulheres no parlamento.

Diante do estudo realizado, pode-se concluir que tanto as cotas raciais quanto as cotas de gênero produziram mudanças sociais, mas cada uma em graus distintos. Essas políticas são relativamente novas no Brasil, e, portanto, podem produzir mais impactos no futuro. O estudo desenvolvido não teve o intuito de generalizar a questão da política de cotas, mas buscou realizar uma reflexão sobre como as cotas de gênero e as raciais interferiram na realidade brasileira.

Referências Bibliográficas

ABREU, E.N.N.; LIMA, P.G. Políticas de ações afirmativas: itinerário histórico e pontuações quanto à realidade brasileira. *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.4, n.2, maio-ago. 2018, p.179-196.

Agência Brasil. Negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acesso em 04 de abril de 2019

Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>>. Acesso em 15 de maio de 2019

Agência Câmara Notícias. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html>>. Acesso em 10 de junho de 2019

Agência do Senado. Minoria no Congresso, mulheres lutam por maior participação. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/07/minoria-no-congresso-mulheres-lutam-por-mais-participacao>>. Acesso em 04 de abril de 2019

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Revista Agenda Política* - Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015.

Alice Portugal. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/deputados/74057/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

ALMEIDA, Hélio; Teixeira, Maria. Ações afirmativas como proteção das minorias. *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*, v. 8, n. 8, 2011.

Aline Gurgel. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/deputados/204353/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 23-59

ARAÚJO, Clara; ALVES, José. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 535 a 577

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p.71-90, 1998.

ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005

BERNADINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. *Estudos dos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 2, 2002, pp. 247-273

BOLOGNESI, Bruno. "A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?". *Paraná Eleitoral* v. 1 n. 2 p 113-129,2014.

CAMPOS,Oliven. Ações Afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*,vol. XXX,núm.61, janeiro – março,2007,pp. 29 -51.

Carmem Zanotto. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/164360/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

DAFLON,T.V;CAMPOS,L.A.; Feres JÚNIOR, J. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa* v.43 n.148 p.302-327 Jan./abr. 2013.

Deputada Alice Portugal. Disponível em: <<https://www.aliceportugal.org.br/a-deputada-da-bahia/>>.Acesso em 10 de junho de 2019

Deputada Erika Kokay. Disponível em: <<http://www.erikakokay.com.br/biografia>>.Acesso em 10 de junho de 2019

Deputada Luiza Erundina. Disponível em:<<http://www.luizaerundina.com.br/#atuacao-parlamentar>>.Acesso em 10 de junho de 2019

DYE, T. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

EASTON, D. *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*, New York: Knopf, 1953.

Erika Kokay. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/160575/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

FERES Jr., João; TOSTE, Verônica; MORATELLI, Gabriella; BARBABELA, Eduardo. "Igualdade e inclusão na universidade: Um guia rápido para ingressar, permanecer e concluir o ensino superior". *Cartilhas GEMAA (IESP-Uerj)*, 2014, 32 p.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 50ª edição. Global Editora. 2005.

GEMAA. Disponível em:< <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. *Métodos de Pesquisa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul,2009.

GIL,A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Greyce Elias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/198197/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

GROSSI, Miriam Pilar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. "O debate constitucional sobre as ações afirmativas". 2011

GOMES, Nilma. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. *Política e Sociedade*, Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011

HOWLETT, Michael. Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora/ Michael Howlett, M.Rasmesh, M, Anthony Perl; Tradução técnica Francisco Heidmann -Rio de Janeiro :Elsevier, 2013.

LASSWELL, H. D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books, [1936]1956.

LINDBLOM, C. E. *The Science of Mudding Through*. *Public Administration Review*.1959

Luisa Canziani. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/204410/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

Luiza Erundina. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74784/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

LUZ,C.K;SIMÕES,B.H. "Sim elas podem!" Os avanços e entraves na representatividade política como empoderamento feminino no Brasil e na Índia. *Redes: R. Eletr. Dir. Soc.*, Canoas, v.4, n.2, p. 69-89, nov. 2016.

LOWI, T. J. *Four Systems of Policy, Politics, and Choice*. *Public Administration Review*, Vol.32, No.4.,1972.

Margarete Coelho. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/204430/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", *Policy Currents*, Fevereiro:1-4.1995.

OLIVEIRA,KAMILA. A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras. *Belo Horizonte*,2013.p.25.Dissertação(Termo de outorga),Fundação de apoio à pesquisa do Estado de Minas Gerais.

OLIVEN, Arabela. Ações Afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e Brasil. *Educação*, vol. XXX, núm. 61, janeiro – março, 2007, pp. 29 -51. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PEIXOTO,V.M;GOULART,N.L.M;SILVA,G.T. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 15 - Nº 32 - jan./abr. de 2016

PINHEIRO, Luana. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO DE GÓES, J. R. "Cotas raciais e políticas afirmativas". **O Globo**, 14 dez. 2001

QUINTELA, D. F; DIAS, J.C . Participação Política das Mulheres no Brasil: Das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. *Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos* | e-ISSN: 2525-9660| Brasília | v. 2 | n. 1 | p. 52 - 74 | Jan/jun. 2016.

RESENDE,E.;SILVEIRA,F. Análise crítica da legislação de cotas eleitorais para igualdade de gênero e a importância dessa política pública como instrumento democrático. XXVI Encontro Nacional do Conpedi, Brasília -DF,2017.

ROCHER, Guy. *Sociologia geral 1 : A Ação Social*. Lisboa, Presença. 1989

Rose Modesto. Disponível em:

< <https://www.camara.leg.br/deputados/204357/biografia>>. Acesso em 10 de junho de 2019

SABINO, Maria; Lima, Patrícia. Igualdade de gênero no exercício de poder. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015.

SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2012, vol.20, n.2.

SIMON, H. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SANTOS, Fábio; OLIVEIRA, Rosângela; PARANHOS, Mirian; FONTES, Tarik. A mulher na política brasileira e a efetividade da lei de cotas. *Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*,2017.

SECCHI L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. In: *Políticas Públicas e Desenvolvimento :Bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Ed UnB,2009.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SJOBLOM, G. Problemi e soluzioni in política. *Rivista Italiana di Scienza Política*, v.14, n.1, 1984.

SOUSA, Oziel. *As ações afirmativas como instrumento de concretização da igualdade material*. Curitiba,2006.Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais), Universidade Federal do Paraná.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

Tabata Amaral. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/deputados/204534>>. Acesso em 10 de junho de 2019

TSE. Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. Disponível em :< <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro> >. Acesso em 04 de abril de 2019

TSE resolução. Disponível em:< <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/tse-altera-resolucao-que-trata-da-arrecadacao-e-gastos-de-recursos-por-partidos-politicos-e-candidatos>>. Acesso em 12 de junho de 2019

Uol. Brancos ganham, em média, 72,5% mais do que pretos e pardos, diz IBGE.
Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/12/05/brancos-pretos-pardos-renda-salario-ibge.htm>>.
Acesso em 04 de abril de 2019

APÊNDICE

ENTREVISTAS COM BENEFICIÁRIOS DA COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Realizadas durante o mês de maio de 2019

Os nomes dos entrevistados serão omitidos para eles não fiquem expostos.

Entrevistado 1

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Sim. Acredito que, após o advento das cotas raciais, percebe-se um aumento exponencial dos negros na universalidade. Acredito que deve ser avaliada a exclusividade de cotas raciais apenas para alunos de escola pública, visto que os negros sofrem as mesmas iniquidades, independente de estudarem na pública ou particular.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Sim, eu consegui adentrar na Universidade de Brasília graças as cotas raciais.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Sim. Cada vez mais é possível perceber negros ocupando cargos que antes era de exclusividade majoritária de pessoas brancas que tinham cada vez mais acesso à educação de qualidade. Mais negros ocupam cargos de destaque e prestígio.

Entrevistado 2

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Não. Não vi nada afetado. Mas o que percebi é que no meu curso foi só eu inscrita

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Não. Eu tenho 61 anos e me inscrevi em 2017 quando passei. Eu apenas me inscrevi porque sou negra. Mas o que me assusta é que havia negros na minha sala de aula e eles não se inscreveram na cota.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Eu não vejo nada impactante. É uma forma de ajuda para que nós negros mostrarmos que podemos. Não vejo nada de mais.

Entrevistado 3

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Sim. O aumento de pessoas negras no ambiente foi de grande relevância. Os mais antigos diziam que não havia alunos negros. A mudança principal está na contribuição para combate ao racismo nos ambientes acadêmicos e para ampliar os construtos sociais para além da visão do branqueamento.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: O impacto positivo foi de poder acessar a universidade e conscientizar as pessoas negras ao meu redor sobre as possibilidades de acesso. Algo que não é tão palpável na periferia. No pós-universidade tenho me visto cada vez mais reconhecida. Pois a formação em uma universidade ainda significa muito prestígio.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Sim. Os principais são os acadêmicos negros que hoje são referência no combate ao racismo e contra narrativas de histórias que são reproduzidas de forma a reforçar preconceitos ou que não os destruía. Na sociedade, temos a mobilidade social e a possibilidade de protagonistas em espaços diversos que antes não estava predestinado.

Entrevistado 4

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Eu creio que sim. Apesar de não ter conhecimento de quais alunos dos meu convívio adentraram a UnB como cotistas, eu consigo perceber um público muito mais multifacetado, bem heterogêneo e com diversas vivências que são diferentes daquelas do público comum da UnB, que é o estudante branco de classe média alta. A maioria dos alunos negros vem da periferia, e mesmo os que vem de berço mais abastado sofrem ou sofreram com o racismo estrutural. Então há um maior entendimento de nosso sofrimento, uma empatia maior pelas dificuldades que passamos no decorrer do curso. Ter essa rede de apoio que se identifica e passa pelos mesmos problemas faz com que nos apoiemos e facilita a difícil jornada que é a vida acadêmica.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Me reconhecer enquanto negro só foi possível quando me conscientizei sobre a existência de cotas. Reconhecer minha capacidade e as amarras raciais a que eu estava submetido também foi algo possibilitado pelas cotas. Me considerava incapaz de entrar na UnB pelo método tradicional, e vi nas cotas uma possibilidade de conseguir estudar sem ter que sofrer para pagar um curso superior. Me surpreendeu ver que minha nota foi boa o suficiente até mesmo para o vestibular universal, algo que nunca teria imaginado conseguir.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Ainda não consigo ver em uma perspectiva macro. A estrutura racista que subjuga os negros no Brasil ainda é mais forte e mais perversa que os esforços empreendidos. O sistema de cotas é uma gota de água em um deserto gigantesco. Mas já começa a demonstrar uma mudança de perfil entre profissionais de nível superior. Somos majorias nas licenciaturas, o que demonstra que logo seremos maioria nas salas de aula, e ter uma referência negra para os alunos que estão o tempo todo recebendo influência de cultura branca é algo que pouco a pouco vai moldando a estrutura social. É algo que será visto a longo prazo, mas é um princípio.

Entrevistado 5

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Sim, as cotas raciais foram e ainda são a melhor oportunidade para que jovens negros consigam ingressar no ensino superior. Depois da criação do sistema PPI percebemos que a diversificação do jovem universitário mudou, ainda que seja uma pequena porcentagem.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Consegui entrar na Universidade graças às cotas de PPI.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Sim, existe uma dívida histórica com os negros no nosso país. A criação das cotas permitiu que uma parte muito simbólica dessa dívida fosse paga, ainda que seja difícil ver ou até mesmo imaginar negros em posições de grande poder e importância podemos perceber que cada vez mais os brasileiros negros se tornam donos de cargos através de concursos e conseguem sua formação superior nas Universidades públicas e privadas.

Entrevistado 6

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Sim, a diversidade cultural é maior e a Universidade não mais só frequentada por pessoas brancas.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Eu hoje posso servir de inspiração para os adolescentes negros que eu convivo dando aula. Posso ativamente transformar e contribuir para o lugar onde eu moro. As pessoas negras ao meu redor que já são adultas depois dos 30 me perguntam como é estudar e veem uma possibilidade delas estudarem também.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Sim. Garantiu que pessoas negras se inserissem no ambiente acadêmico e em profissões.

Entrevistado 7

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Maior diversidade de olhares e representatividade em diversas áreas de conhecimento.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Sim. Me permitiram acessar um espaço que sempre foi visto com distanciamento.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Sim, com maior representatividade em diferentes áreas de estudo e trabalho, o que impacta como projeção mais possível e próxima às próximas gerações.

Entrevistado 8

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Não, acredito que as cotas sejam necessárias para honrar o sacrifício dos nossos antepassados. E as cotas não tiram vaga de ampla concorrência. Por mais que tenha cota, todos estão na universidade pelo seu mérito.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Impactaram pois me ajudaram a estar na universidade e enxergar que não tem muitos negros aqui. E que tem que sim usar a cota.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Sim, a raiva nos brancos burgueses onde não conseguem entrar na instituição e colocam culpa nos cotistas.

Entrevistado 9

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Afetado????! Talvez este afetado seja com a “ indignação ” dos demais alunos que estão prestando vestibular para entrar e não entram nessa cota e chegam a chamar de esmola

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Sempre impactou desde que tive conhecimento, dos meus direitos, da história do negro no Brasil, e da importância que a cota tem. Autoconhecimento, auto estima!

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Sim, mostraram que nós estamos aqui, que vivemos em uma outra época e que a dívida é histórica, que não somos apenas escravos, e temos direitos iguais.

Entrevistado 10

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Sim, e ainda bem que sim. Com as cotas, a maioria da população negra que não pode ter as mesmas oportunidades de uma pessoa branca, pode ter acesso a universidade sem serem afogados por uma onda de pessoas brancas que tiveram um caminho bem diferente do nosso. Sem contar que isso seria o mínimo de retratação por todo mal que já nos foi causado.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Sim, as cotas me ajudaram a alcançar os mesmos lugares que pessoas brancas com um estudo de qualidade, tinham. Pude entrar em uma faculdade de reconhecimento mesmo

não vindo dos melhores colégios, pois mesmo que eu não tenha tido as mesmas oportunidades eu me esforcei o suficiente para que isso fosse reconhecido.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: A integração da população negra dentro das universidades e demais instituições. Uma possibilidade de ocupar os mesmos cargos, com os mesmos reconhecimentos que antigamente só era concedido a pessoas brancas.

Entrevistado 11

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Sim. As cotas produziram inúmeros benefícios. Para a universidade, a pluralidade de vivências e a possibilidade de descobrir e incentivar pensadores negros são efeitos visíveis. Para a sociedade, as cotas representam e produziram oportunidade de quebrar o histórico ciclo de analfabetismo, miséria e desemprego.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Sim. Entrei pelas cotas. Sem elas, não seria metade do que sou hoje.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Respondi na pergunta da Universidade.

Entrevistado 12

P1: Na sua opinião o ambiente universitário foi afetado de alguma forma pelas cotas raciais? Se sim, de que maneira?

R: Acredito que foi afetado de forma positiva, ao proporcionar uma oportunidade mais acessível de ingresso ao ensino superior.

P2: As cotas raciais impactaram a sua vida de alguma forma ou influenciaram no período pós- universidade? Se sim, de que forma?

R: Não impactaram. Desempenhei todas as atividades a mim atribuídas, independentemente de ter passado no vestibular por cotas ou não. No pós-universidade, digo pela realidade em que me encontro hoje, trabalhando no serviço público, o diploma obtido independe de ter sido obtido em uma universidade de qualidade. É suficiente tê-lo! Não há juízo de valor ou questionamentos sobre como foi o meu período na universidade ou se o meu ingresso se deu por meio de cotas ou não.

P3: Ao seu ver as cotas raciais produziram algum tipo de impacto na sociedade? Se sim, qual(ais)?

R: Acredito que o impacto reflete muito mais na vida da pessoa que teve a oportunidade de ingressar na universidade, do que na sociedade de forma direta. Se ela aproveita esse período para, de fato, aprender, compartilhar conhecimento, amadurecer como cidadão e se especializar naquilo em que deseja, a sociedade colherá, por consequência, os bons frutos do investimento na educação dessa pessoa.